

RELATÓRIO E CONTAS DA ATIVIDADE DE 2018
CENTRO SOCIAL DO PEGO



Desta prestação de contas do exercício de 2018, aos associados e, inerentemente, a todas as pessoas, individuais ou coletivas a quem tenhamos de as prestar ou àquelas a quem a vida desta instituição não seja indiferente, queremos manifestar que deste exercício ficaram e ficam bem evidentes duas posições diametralmente opostas.

Uma de satisfação (1), outra de extrema preocupação (2).

1 – O que foi realizado para e com os utentes e foi positivo.

1.1 - Conseguimos ser o fator de coesão social que este Centro Social tem assumido como objetivo e preocupação permanente, fator que ao longo dos anos tem sido conseguido e devidamente reconhecido pela população-alvo a quem servimos, bem como pela sociedade a que pertencemos e que, nesse reconhecimento, até nos apoia nomeadamente pela via do mecenato;

1.2 - Os objetivos, o trabalho quotidiano desenvolvido com qualidade nas respostas sociais em uso, foram atingidos e reconhecidos;

2 – A natureza dos resultados financeiros obtidos, que aliados à obrigação de amortizar a dívida decorrente dos empréstimos contraídos para realização da obra “Lar” comprometem a sustentabilidade da instituição.

2.1 – Pese embora se tenha aumentado o número médio de utentes, em particular na área infantil, não houve atualização dos acordos de cooperação acompanhando esse crescimento. Porque são de pequena monta os rendimentos da generalidade dos nossos utentes, a receita obtida foi manifestamente inferior ao crescimento dos custos, em que a componente salarial assume o vulto mais significativo e preocupante.

Deve referir-se que o aumento da componente “custos com pessoal” decorre essencialmente dos aumentos salariais derivados da fixação do ordenado mínimo nacional e consequentes ajustamentos na tabela salarial aplicável (Contrato Coletivo de Trabalho do setor).

2.2 – Para melhor ilustrar a desproporção entre a receita e a despesa, deve ser tido em conta que a receita decorrente das atualizações do acordo de cooperação entre 2015 e 2018 significaram um acréscimo de 5.7%, enquanto que o crescimento do ordenado mínimo nacional, a que acrescem os encargos obrigatórios a suportar por este Centro Social foi de 15.51%.

Por tal facto, a receita extraordinária que felizmente temos continuado a conseguir obter, nomeadamente pela via do mecenato, não tem sido suficiente para colmatar tal significativa desproporção entre as receitas normais e todos os encargos a suportar.

2.3 – Relativamente à atualização dos acordos de cooperação aguarda-se que as duas candidaturas efetuadas para contemplar o serviço que efetuamos, uma em SAD-Serviço de Apoio Domiciliário e outra em Jardim de Infância/Pré-Escolar, venham a merecer aprovação e conseqüente comparticipação.

2.4 – Agravando a situação, em termos de tesouraria, o procedimento da Segurança Social não deixa de ser curioso e preocupante, porque da mesma comunicação obrigatória de frequências de um qualquer mês até ao dia 5 do mês seguinte, relativamente ao “acerto de frequências” por diminuição em relação ao mês anterior é feito o corte imediatamente, enquanto que relativamente ao “Complemento para Vagas Reservadas para a Segurança Social em Lar de Idosos”, o pagamento regista sempre alguns meses de atraso. A 31 de Dezembro o último pagamento neste domínio foi relativo a Setembro/Outubro, tendo o pagamento do mesmo tipo relativamente a Novembro ocorrido só neste mês de Março.

Não podemos deixar de fazer referência ao facto porque em cada mês são significativos os valores em causa, e não é compreensível à gestão desta instituição tal diferença de tratamento e do tempo de processamento.

2.5 – De conformidade com as regras contabilísticas aplicáveis, a amortização dos empréstimos relativos a financiamento dos investimentos em imobilizado, bem como os inerentes encargos financeiros, neste nosso caso os empréstimos efetuados para a realização da obra Lar, não afetam o resultado do exercício, o que por uma leitura simplista do Resultado da Exploração não mostra, não evidencia o esforço financeiro anual para o efeito.



Pelo facto, deixamos aqui referido que a amortização do empréstimo referido, acrescido dos respetivos juros, foi de 115.930,45€, em que 80.881,18€ são redução do "passivo não corrente", isto é, dívida/empréstimos de médio/longo prazo, sendo os juros/encargos financeiros de 35.049,27€.

Todavia, as dificuldades crescentes de tesouraria determinaram que o empréstimo/conta corrente caucionada no valor de 300.000,00€ que serviu para honrar os compromissos durante a execução da obra, sempre que as participações no âmbito do POPH não chegaram com regularidade e que a partir do momento em que os custos com pessoal subiram acima do que foi sendo a nossa tabelada receita, por não mais se ter conseguido amortizar, tivemos de negociar e obtivemos a sua transformação em empréstimo de médio/longo prazo.

Tais dificuldades determinaram também a contratação de um novo empréstimo de 18.000,00€ para resolver o pagamento das máquinas/equipamento de cozinha e lavandaria que houve necessidade de adquirir para substituir as existentes desde o início do funcionamento do Centro de Dia.

Paralelamente foi renegociado o empréstimo inerente à obra, quer em termos de alargamento do prazo, quer na redução do juro aplicável, do que no conjunto resultou uma situação mais favorável para este Centro Social ao nível dos encargos mensais.

Perante os resultados obtidos, queremos deixar expresso: Tudo temos feito no sentido de com trabalho de organização de procedimentos, se consiga minimização dos custos, um melhor controlo da gestão. No entanto há rubricas que só estamos dependentes de terceiros. Se não houver de quem de direito, um olhar mais atento sobre a desproporção entre as despesas obrigatórias e impostas por lei e contratação coletiva, nomeadamente na relação dos custos com pessoal com os montantes da receita que está perfeitamente determinada também por lei e outros normativos aplicáveis, dias difíceis, muito difíceis a breve prazo se avizinharem.

O Resultado obtido (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) foi negativo (-1.847.42).

E com os gastos de financiamento e depreciações o resultado do exercício, negativo, ascende a -106.871.71€.

Por todo o trabalho que foi possível realizar na concretização do quotidiano das respostas sociais em atividade, agradecemos a todos aqueles, pessoas individuais e colectivas, que tornaram possível tal desempenho, bem como ao pessoal que empenhadamente no dia a dia da instituição vai assegurando a normalidade do seu funcionamento.

Aos restantes elementos dos Corpos Sociais, agradecemos também todo o apoio, incentivo e acompanhamento que nos têm dado e reafirmamos que a Direcção continua especialmente empenhada em cumprir os objectivos traçados.

Pego, 26 de Março de 2019

A Direcção










